

ESTUDOS NIETZSCHE

VOL. 15 – N. 02 ISSN 2179 – 3441

Editorial

Editorial

Rogério Lopes & Ernani Chaves
(editores convidados)

O dossiê *Nietzsche: raça e racismo* apresenta pela primeira vez ao público de língua portuguesa alguns dos estudos mais significativos sobre o tema publicados nos últimos vinte anos, assim como algumas contribuições inéditas. Os artigos são assinados por pesquisadores com perfis heterogêneos: filósofos da raça, historiadores do debate racial, estudiosos de Nietzsche, pesquisadores independentes. O que orientou a organização do dossiê foi a convicção de que em relação a esse tema a pesquisa Nietzsche deveria evitar duas atitudes profundamente contrárias ao espírito do filósofo, mas que têm sido frequentes (por razões demasiado humanas): ou negligenciamos o tema (sob a alegação de que ele ocupa lugar periférico na obra de Nietzsche), ou o abordamos de modo complacente. Embora bastante heterogêneas em seus enfoques, todas as contribuições aqui reunidas convergem na constatação de que o problema da raça adquire centralidade na obra tardia de Nietzsche. Elas reconhecem também que o tratamento que ele confere ao fenômeno é incontornavelmente ambíguo. Ao mesmo tempo em que não esteve imune a certos dos preconceitos de sua época, ele contém insights que ainda não foram inteiramente explorados, tanto no que diz respeito ao seu potencial cognitivo (na descrição minuciosa dos efeitos da racialização, na compreensão de seu caráter incorporado, na amplitude e radicalidade desse traço de nossas identidades coletivas) quanto a seus eventuais usos críticos (para uma genealogia do conceito de raça, que curiosamente não foi tentada pelo próprio Nietzsche, e dos procedimentos de racialização, para a qual ele já oferece algumas indicações).

Algumas contribuições enfatizam os aspectos mais problemáticos do uso nietzschiano do conceito de raça, chamando a atenção para o fato de que a recepção do tema pelos estudiosos de Nietzsche, quando ocorre, tem assumido o tom de uma descuidada complacência. Essa complacência se explica, em parte, pelo apego a uma noção muito estreita e biologicista de racismo (indicando um desconhecimento da história do debate racial); em parte pelo fato de que muitas

dessas leituras ou foram forjadas no esforço, legítimo e por vezes heroico, de distanciar Nietzsche da apropriação nazista, ou foram diretamente inspiradas pela geração que empreendeu esse esforço. No mais das vezes, contudo, o tema tem sido negligenciado pela pesquisa Nietzsche, por ser demasiado incômodo. Em todo caso, é salutar para a pesquisa Nietzsche ter ciência de que o racismo fundado em uma concepção biologicista, científica e essencialista da raça não esgota o fenômeno, que preexiste a essa configuração especificamente moderna e europeia (e talvez sobreviva a ela). Alguns dos estudos reunidos nesse dossiê cumprem bastante bem o papel de nos advertir contra nossa tendência a sermos complacentes em relação ao modo como Nietzsche abordou o fenômeno da raça. Outros artigos se prestam melhor a exibir as potencialidades cognitivas e críticas de seu tratamento do tema, desde que estejamos devidamente precavidos, ou dispostos a nos precaver contra seus equívocos científicos (sim, Nietzsche os cometeu!) e arroubos militantes. Esse segundo conjunto de artigos fornece estímulos positivos para que os estudiosos de Nietzsche se envolvam mais ativamente com o tema, sem o receio de que os resultados precisem assumir a forma exclusiva de uma denúncia de seus preconceitos ou descambem, de modo monotonamente previsível, na tão temida cultura do cancelamento dos nossos heróis intelectuais.

Dito isso, passemos a uma rápida apresentação dos artigos. O dossiê abre com um artigo de Robert Bernasconi, intitulado **Nietzsche como filósofo do cultivo seletivo racializado**. O autor, um dos mais renomados convededores da história do debate racial no mundo moderno, argumenta que a leitura contemporânea de Nietzsche frequentemente minimiza ou ignora os aspectos racialistas de sua filosofia. Bernasconi critica tanto a distorção nazista das ideias de Nietzsche quanto a tendência atual de seus defensores de focar exclusivamente em seu anti-antisemitismo, negligenciando seu endosso à escravidão racializada e ao cultivo seletivo (*Züchtung*). Bernasconi argumenta que as ideias de Nietzsche sobre raça não eram originais, mas estavam alinhadas com alguns dos teóricos raciais de sua época, como Otto Ammon e Francis Galton. Nietzsche adotou uma visão protoconstrutivista de raça, entendendo-a como um produto cultural e histórico, mas ainda assim manteve uma perspectiva hierárquica e racializada do nosso mundo social. Ele defendia o cultivo seletivo de uma “raça mais forte” na Europa, inspirando-se em teorias lamarckistas de herança de características adquiridas e na ideia de que a miscigenação poderia ser tanto benéfica quanto prejudicial, dependendo do contexto. O artigo enfatiza a necessidade de uma análise histórica e crítica mais profunda das ideias de Nietzsche sobre raça e eugenia, conectando-as ao contexto intelectual e político do século XIX.

O artigo seguinte, intitulado **A abordagem proto-fenomenológica do problema teórico da raça em Nietzsche**, é assinado por Daniel W. Conway, um dos poucos estudiosos de Nietzsche a reconhecer a centralidade do tema da raça

e dedicar a ele estudos importantes. Este artigo apresenta as reflexões de Nietzsche sobre raça em duas etapas. Ele atribui a Nietzsche uma espécie de formalismo racial, que é primeiramente caracterizado (em contraste com as teorias raciais baseadas no sangue, que eram muito mais populares em sua época) e depois avaliado (em suas vantagens e deficiências teóricas e normativas). O formalismo racial de Nietzsche permitiu que ele resistisse, por um lado, a uma posição meramente reducionista ou até mesmo eliminativista (posição que era de se esperar devido à sua inclinação cética) e, por outro lado, ao fascínio ideológico das explicações e classificações materialistas, com seus mitos autocomplacentes de pureza racial e coisas do gênero. Ao mesmo tempo, o formalismo de Nietzsche comunica uma indiferença em relação aos povos e tribos – para não mencionar os indivíduos – que constituem o componente material da raça e que é de uma arrogância desconcertante. Essa indiferença encontra sua expressão mais notória em suas referências ocasionais ao cultivo racial como exercícios de cultivo seletivo [*Züchtung*]. Ao modelar o cultivo de raças com base na domesticação de animais, ele dá a entender que os receptores da forma cultural são meros animais, que seriam anteriormente destituídos de qualquer forma relevante de cultura e educação. Apesar de condenar o nacionalismo mesquinho e a xenofobia que motivavam teorias rivais, ele produz uma teoria alternativa de cultivo racial que é igualmente problemática por razões morais. Depois de discutir o formalismo racial de Nietzsche, o artigo transita para a sua segunda etapa, que aborda a estreita conexão entre raça e cultivo corporal, ou seja, o tópico da incorporação racial. O que está em jogo aqui é o trabalho único de aculturação, que permite que alguns povos e nações adquiram o status de uma raça genuína ao equipar os corpos individuais de seus membros com um conjunto confiável de instintos, aos quais eles podem recorrer pré-refletidamente para suas disposições mais básicas de incorporação. Esse conjunto de instintos e disposições constitui a microestrutura do corpo “invisível”, cuja dinâmica Nietzsche tenta descrever no que o artigo chama de sua abordagem proto-fenomenológica da incorporação racial.

O artigo de Wilson Frezzatti Jr., intitulado **Algumas considerações acerca da mistura de povos ou raças no pensamento de Nietzsche**, revisita o tema da mestiçagem em Nietzsche e se beneficia da familiaridade do autor com a literatura biológica do século XIX. Frezzatti está interessado em compreender as razões da oscilação na avaliação da mistura das raças em Nietzsche. Por um lado, o filósofo elogia a mistura como fonte de riqueza cultural, especialmente no conceito do “bom europeu”, que surge da promessa de uma fusão dos povos (nos limites da Europa) e está fortemente associada à elevação da cultura. Por outro lado, em textos como *Aurora*, *Além de Bem e Mal* e *Genealogia da moral*, Nietzsche critica a mistura, associando-a à degeneração física e moral, principalmente quando ocorre entre classes ou raças muito diferentes. Frezzatti investiga a hipótese de que a avaliação essencialmente ambígua do fenômeno da

mestiçagem por Nietzsche, sobretudo em suas obras tardias, seria tributária da leitura de Arthur de Gobineau, conhecido por suas teorias racistas, mas conclui que não há evidências sólidas de uma influência direta. O autor conclui que Nietzsche não teria adotado o determinismo biológico de Gobineau, e sua noção de raça está mais ligada a tipos culturais e fisiopsicológicos do que a hierarquias raciais fixas.

O artigo intitulado **A raça mais pura da Europa...** e assinado por Marc de Launay foi publicado originalmente como parte de um estudo monográfico que o autor dedicou ao tema da raça em Nietzsche. Nesse capítulo o autor reexamina a relação de Nietzsche com os judeus e com o antisemitismo. Como é de conhecimento geral, Nietzsche rejeitou o antisemitismo predominante em sua época, especialmente no círculo wagneriano, mas manteve uma visão crítica sobre o judaísmo, responsabilizando os judeus pela criação do cristianismo, que ele via como a principal força decadente na cultura europeia. Embora esse movimento subverta o núcleo do argumento antisemita, ele não deixa de envolver um juízo peremptoriamente negativo sobre o judaísmo que, por vezes, assume as cores de um racialismo cultural, com seu aparente fatalismo. O autor considera igualmente problemática a proposta assimilaçãoista de Nietzsche para a chamada questão judaica, tributária de uma visão baseada em estereótipos e na ignorância sobre a sua complexa e multifacetada realidade histórica e social. Nietzsche teria visto os judeus como uma categoria abstrata, útil para sua crítica filosófica da moral cristã na medida em que ele a insere em sua reconstrução profética da história, na dupla condição de pecado original e fator de redenção (o resíduo nacional do judaísmo deveria ser dissolvido na nova síntese do bom europeu).

O artigo intitulado **O conceito de “raça” em Nietzsche**, assinado a quatro mãos por Daniel Melo Soares e Rogério Lopes, procura testar a hipótese de que Nietzsche teria ensaiado uma reforma do conceito de “raça” em seus escritos tardios, com o intuito de superar as insuficiências descritivas e normativas da teoria racialista clássica, tornando a noção (a) descritivamente mais acurada e (b) mais adequada à sua agenda normativa. Tendo por objetivo situar a posição de Nietzsche em um espaço puramente abstrato de possibilidades conceituais, a primeira seção apresenta as linhas gerais de dois programas contemporâneos em filosofia da raça, a abordagem naturalista -eliminativista de Kwame Appiah e a construtivista de Sally Haslanger, nas suas versões inaugurais e em contraste com a teoria racialista clássica. Embora recuse diversos pressupostos da noção racialista (raças não são unidades biologicamente discretas), substituindo essa noção por uma noção protoconstrutivista (raças são feitas, não inatas), culturalista e historicista de raça, Nietzsche teria visto na tese lamarckista da herança dos caracteres adquiridos (pelo mecanismo do uso e desuso) uma forma de manter as ambições explicativas do conceito sem seus pressupostos essencialistas. A reforma operada por Nietzsche no conceito de raça oferece

insights valiosos para entender processos de racialização, mas deve ser separada de seus aspectos mais controversos, como o eugenismo e certas conotações imperialistas. Os autores concluem que, ao ser desvinculada de sua agenda normativa, a abordagem de Nietzsche pode contribuir para discussões contemporâneas sobre raça e justiça social.

O artigo de Donovan Miyasaki, intitulado **Nietzsche e Fanon: sobre a política do cultivo de raça e classe como castas**, insere-se em um projeto mais amplo do autor de recepção de Nietzsche no campo do pensamento de esquerda. O artigo, que publicamos na sua versão original em inglês, mas também numa tradução para o português, explora as conexões entre as filosofias de Nietzsche e Fanon, focando na política de “cultivo” de raça e classe como castas. O autor defende que a noção nietzschiana de cultivo (*Züchtung*) não deve ser entendida nem em sentido biológico, nem meramente educativo, mas antes como o termo que designa o modo como as condições materiais definem os ordenamentos políticos, que por sua vez impõem disciplinas diferenciadoras aos corpos, resultando no cultivo seletivo de tipos humanos específicos (pelo mecanismo de racialização). A mentira piedosa, segundo a qual classes são castas naturais, seria um expediente mobilizado pelas aristocracias radicais com o intuito não apenas de promover a submissão das classes inferiorizadas, mas também de torná-las perfeitamente ajustadas ao seu mundo social (conotação política do *amor fati*). Fanon, em *Os Condenados da Terra*, aplica a lógica de Nietzsche ao contexto colonial, argumentando que a colonização cria “espécies” distintas de colonizadores e colonizados, com identidades psicológicas e morais profundamente internalizadas. Fanon insiste que a psicologia escrava é produzida pela classe dominante, que reinterpreta o privilégio como mérito e demoniza os colonizados como uma casta racializada. Ele critica Nietzsche por culpar os oprimidos pela moral escrava, argumentando que a origem do ressentimento está na classe dominante. Miyasaki destaca três consequências importantes da reconstrução crítica de Fanon: 1) as aristocracias inevitavelmente produzem sua própria queda; 2) o racismo não pode ser superado sem a superação das estruturas de classe; e 3) o racismo é uma identidade psicológica enraizada no ressentimento, que persiste mesmo após a mudança das estruturas sociais. A descolonização, portanto, exige uma revolução política que transforme as relações sociais e crie novas formas de psicologia libertas do ressentimento.

O artigo de Emmanuel Salanskis, intitulado **O projeto nietzschiano de um cultivo europeu**, analisa o projeto de “cultivo europeu” ensaiado por Nietzsche desde pelo menos *Humano, demasiado humano*. O autor argumenta que esse projeto é um esforço de cultivo biológico-cultural, no sentido daquilo que Nietzsche chama de *Züchtung* em *Além de bem e mal*. O cultivo é pensado inicialmente em escala europeia, distinguindo-se dos Estados Unidos e do mundo em geral, e tem como matriz essencial a interpretação nietzschiana do

processo de mestiçagem que deu origem à cultura grega antiga. Nietzsche também vislumbra um governo planetário de longo prazo. Se a Europa é privilegiada como espaço estratégico, isso se deve à sua diversidade cultural e fragmentação política, que a tornam um “caldeirão cultural” semelhante à Grécia antiga, onde nos deparamos com o caso exemplar de uma assimilação bem-sucedida de uma heterogeneidade étnica e cultural. Salanskis conclui que o projeto de cultivo europeu de Nietzsche não pode ser simplesmente dissolvido em uma perspectiva ocidental ou planetária. O artigo ressalta a importância de entender a referência europeia de Nietzsche em seu contexto histórico e filosófico, distanciando-a de interpretações posteriores que a associaram ao nazismo.

O artigo seguinte, intitulado **Ecce Negro: como se tornar um teórico da raça**, é de autoria do filósofo estadunidense da raça Paul C. Taylor. O artigo examina as conexões entre a filosofia de Nietzsche, o pragmatismo e o pensamento afro-americano, à luz de certos debates em teoria racial. Taylor relata sua trajetória intelectual, desde Nietzsche até o pragmatismo e o Afrocentrismo, e depois à Teoria Crítica da Raça. Ele avalia criticamente a abordagem afrocêntrica de Molefi Asante, destaca seus pontos fortes na recuperação da agência africana, mas ao mesmo tempo ressalta suas tendências essencialistas e a falta de envolvimento com as complexidades raciais contemporâneas. Ele contrasta essa abordagem com a posição eliminativista de K. Anthony Appiah, que defende a inexistência de raças e a nocividade das categorias raciais para a constituição das nossas identidades. A abordagem eliminativista de Appiah em relação à raça baseia-se na autoridade epistêmica exclusiva que ele atribui às ciências naturais, ou assim argumenta o autor. Seu cosmopolitismo seria elitista e alheio às complexidades das nossas vivências enquanto indivíduos racializados. O leitor deve ter em mente, no entanto, que alguns dos debates reconstruídos aqui são representativos dos primórdios da Teoria Crítica da Raça. Portanto, este artigo, como salienta seu autor, é em parte um documento histórico que captura o estado da arte à época de sua escrita.

O artigo **Raça, Classe, Tragédia: Nietzsche e as Fantasias da Europa**, do filósofo Alberto Toscano, examina as ideias metapolíticas de Nietzsche sobre a Europa, focando na interseção entre classe e raça. Toscano explora o conceito de “racismo de classe” (ou “racismo transversal”), segundo a expressão cunhada por Domenico Losurdo) na visão antidemocrática de Nietzsche sobre a unificação europeia. Nietzsche critica tanto o nacionalismo quanto a democratização da Europa de sua época, defendendo como necessária para a cultura e o aprimoramento humanos a criação de uma sociedade rigidamente hierarquizada, que prevê o domínio de uma elite transnacional sobre uma massa submissa e ajustada. O autor também discute como Nietzsche racializa as classes subalternas, tratando-as como inferiores e essenciais para a ordem social. Essa visão é aplicada além das fronteiras nacionais, criando uma elite que se opõe aos

“bárbaros” internos e externos. Toscano ainda aborda a influência de Nietzsche no pensamento anticolonial, especialmente em autores como Aimé Césaire e Wole Soyinka, que se apropriaram de sua metafísica da tragédia para criticar o universalismo europeu. Ao concluir, o autor sugere que, embora Nietzsche ofereça uma crítica poderosa ao universalismo e à moralidade cristã, sua filosofia política é profundamente elitista e não pode ser facilmente reconciliada com projetos de emancipação.

Encerrando o dossiê, temos o artigo de autoria do filósofo da raça, James Winchester, intitulado **O perfilamento racial em Nietzsche**, que examina as diferentes noções de raça presentes na obra do filósofo alemão, especialmente em seus escritos tardios. O autor argumenta que Nietzsche, embora critique muitos dos preconceitos raciais de sua época, nunca abandonou a ideia de que o cultivo seletivo de seres humanos é possível e desejável. Winchester explora como Nietzsche relaciona raça, fisiologia e pensamento, sugerindo que a fisiologia determina o pensamento e que a Europa estaria em crise devido à degeneração racial. Nietzsche rejeita a pureza racial e os mitos raciais autocongratulatórios, como a suposta superioridade da raça alemã ou a inferioridade dos judeus. Ele defende a mistura racial, especialmente entre alemães e judeus, como forma de aprimorar a raça europeia. No entanto, Nietzsche também dá voz a estereótipos raciais, como a ideia de que os africanos são mais capazes de suportar a dor ou que os judeus são bons com dinheiro. O artigo destaca que Nietzsche vê o cristianismo como um sinal de declínio racial e fisiológico, e propõe o cultivo seletivo de uma nova raça europeia como solução para os problemas da Europa. Ele elogia projetos de cultivo seletivo do passado, como o *Código de Manu*, responsável pela criação de uma hierarquia de raças e classes na Índia, embora critique a crueldade dessas práticas. Winchester conclui que Nietzsche, embora não seja um racista no sentido tradicional, compartilha alguns dos estereótipos raciais de sua época e defende a ideia de que a raça e a fisiologia são fundamentais para o desenvolvimento humano. Ele sugere que Nietzsche oscila entre a crítica ao conceito de raça e a defesa do cultivo seletivo, mostrando uma visão complexa e às vezes contraditória sobre o tema.

Gostaríamos de encerrar essa apresentação com uma palavra de agradecimento a todas as pessoas que tornaram possível a existência desse número temático. Em primeiro lugar, a todos os que nos enviaram seus artigos (por terem se engajado no projeto, por terem tido disposição para negociar direitos de tradução para a língua portuguesa, por terem enviado material inédito de suas pesquisas ou adaptado material já publicado em outros formatos). Um agradecimento também aos nossos jovens estudantes, tradutores e tradutoras que se aventuram pelo ofício ingrato da tradução, em especial pela paciência com as inúmeras idas e vindas dos textos, na tentativa de fazê-los soar confortáveis na língua portuguesa. Por fim, um agradecimento especial aos

editores da *Estudos Nietzsche*, Danilo Bilate e William Mattioli, pela colaboração em todas as etapas de preparação desta edição.

Desejamos a todas uma leitura agradável e proveitosa!